

REAÇÃO PATRIARCAL CONTRA A VIDA DAS MULHERES

DEBATES FEMINISTAS SOBRE CONSERVADORISMO, CORPO E TRABALHO



REAÇÃO PATRIARCAL CONTRA A VIDA DAS MULHERES

DEBATES FEMINISTAS SOBRE CONSERVADORISMO, CORPO E TRABALHO



sof
SEMPREVIVA
ORGANIZAÇÃO
FEMINISTA

**Reação patriarcal contra a vida das mulheres: debates
feministas sobre conservadorismo, corpo e trabalho**

Publicação da SOF

www.sof.org.br

sof@sof.org.br

(11) 3819-3876

Redação: Carla Vitória, Nalu Faria e Tica Moreno

Revisão: Helena Zelic

Ilustração: Biba Rigo

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol

Impressão: Pigma

Tiragem: 2 mil exemplares

Esta obra foi licenciada com uma Licença  *Creative Commons –
Atribuição – Uso Não Comercial – Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Brasil.*

Apoio para essa publicação: Fundação Heinrich Böll
São Paulo, dezembro de 2016.

SUMÁRIO

5 APRESENTAÇÃO

8 NOSSO CORPO NOS PERTENCE

Bela, recatada e do lar
Socialização na desigualdade
A batalha contra a “Ideologia de gênero”, uma reação internacional
Debates feministas sobre a sexualidade
Hipersexualização e banalização
Liberdade para quem?
Corpo fragmentado, corpo remediado
Enfrentar a alienação do corpo e da vida

18 O MERCADO EM EXPANSÃO

Somos mulheres, não mercadorias
Exploração e apropriação entrecruzadas
A tecnologia não é neutra
Aplicativos que transformam nossas vidas em lucro
Enfrentar o poder e as estratégias das empresas transnacionais

25 AJUSTE NEOLIBERAL, FAMÍLIA PATRIARCAL

Violência e controle
Um ideal conservador de família em contraste com a vida real
Trabalho, mercado e produção do viver
O trabalho das mulheres sustenta a economia
Reconhecimento e redistribuição dos cuidados
O Estado em função do mercado
Por que as mulheres são contra essa reforma da previdência
Desafios para o feminismo

APRESENTAÇÃO

Desde suas origens, o feminismo enfrenta permanentemente as forças conservadoras que impõem modelos capitalistas, racistas e patriarcais de corpo, sexualidade e comportamento, de organização do trabalho e da família.

Hoje é evidente que o conservadorismo é um aliado do neoliberalismo e se manifesta em todas as partes no ataque do capital às condições de vida da maioria da população. Mais que isso, a ofensiva conservadora atual foi e é forjada e fomentada pelas elites detentoras do poder econômico, midiático, religioso e político para frear os avanços e mudanças que se configuram em obstáculos para seu projeto de dominação.

Trata-se, portanto, de uma reação para minar as resistências e os avanços que as lutas dos povos fizeram avançar. No Brasil, foi necessário um golpe parlamentar-jurídico e midiático que rompeu com a democracia e depôs, com ações e discursos misóginos, uma presidenta eleita para impulsionar, de forma acelerada, o desmonte das políticas públicas e a retomada da hegemonia neoliberal na economia.

Articulada nas estruturas de poder do Estado e nas relações de poder do cotidiano, essa reação fomenta comportamentos de ódio, violência e intolerância que minam modos de ser, de

agir e se relacionar quando eles não correspondem às visões e experiências dos grupos privilegiados – estas são transformadas em norma, em um modelo hegemônico a ser perseguido. São normas que têm como referência as elites brancas, androcêntricas e heterossexuais.

A reação patriarcal se expressa na violência contra as mulheres, que toma o mundo público com cada vez mais expressões de crueldade. Cresce o assassinato de mulheres negras, os casos de estupro coletivo e de lesbofobia. A banalização da sexualidade e a hipersexualização das mulheres negras nos meios de comunicação, videocliques e publicidade caminham junto com a tentativa de reforço de modelos de feminilidade que dividem as mulheres entre as recatadas e as vadias - todas disponíveis para os homens.

Por outro lado, nos últimos anos um número cada vez maior de mulheres questiona o machismo desde muitos lugares e pontos de vista. As mulheres tomam as ruas para reivindicar o fim da violência sexista e igualdade no trabalho dentro e fora de casa, exigem ser tratadas como iguais e ter o direito de decidir sobre suas vidas.

Hoje no Brasil, as mulheres têm muito peso e protagonismo nas ocupações de escolas e universidades, na denúncia da reforma da previdência, na luta pelo Fora Temer, pelas eleições diretas e em todas as

lutas por condições dignas de vida e contra os retrocessos impostos pelo golpe.

Essa onda conservadora não foi capaz de minar o crescimento do feminismo, mas todos os dias o mercado mostra suas tentativas de incorporar palavras que o feminismo difunde, esvaziando seus conteúdos e seu sentido transformador. A força coletiva das mulheres se torna empoderamento individual de poucas, a diversidade se multiplica em produtos diferentes e específicos, e a mesma engrenagem de exploração do trabalho de milhões de mulheres permanece funcionando a todo vapor. Quando só alguns elementos são incorporados, a estrutura das desigualdades se cria e recria.

A radicalidade do feminismo está na afirmação intransigente de que a liberdade e autonomia das mulheres só será possível quando a justiça e a igualdade for realidade para todas.

Na SOF atuamos na construção de uma perspectiva feminista anti-sistêmica no movimento de mulheres, ou seja, no enfrentamento simultâneo às dimensões patriarcais, racistas e capitalistas deste sistema hegemônico. Como parte da Marcha Mundial das Mulheres, apostamos na estratégia da auto-organização das mulheres e na aliança com os movimentos sociais.

Compreender e destrinchar as várias faces desta reação que estamos enfrentando hoje é um desafio em dois aspectos. É preciso que o conjunto da resistência ao golpe e aos retrocessos neoliberais, no bojo da luta pela recuperação da democracia incorpore de fato a centralidade do componente patriarcal desta reação. Ao mesmo tempo, é preciso que o feminismo em expansão seja capaz de construir sínteses nas quais a igualdade seja incontornável. Ou seja, que as dimensões anti-patriarcais, antirracistas e anticapitalistas sejam inseparáveis do feminismo como movimento social e prática política.

Essa publicação está organizada em três partes e reúne questões e reflexões que compõem uma visão coletiva elaborada nos processos de luta da Marcha Mundial das Mulheres e em espaços de reflexão organizados pela SOF.

Na primeira parte, recuperamos debates feministas sobre o corpo e a sexualidade das mulheres, os processos sociais de construção da feminilidade, do controle sobre o corpo e da mercantilização. Na segunda parte, demos seguimento ao debate sobre a mercantilização, buscando desvelar os velhos e novos processos de acumulação capitalista. Por fim, reunimos reflexões feministas sobre a família e as políticas de ajuste, na intenção de oferecer mais instrumentos para nossa luta contra os retrocessos em curso no Brasil.

Os debates reunidos nestas páginas são uma contribuição ao desafio que temos hoje, como organizações e movimentos sociais, de ampliar nossa capacidade de construir força coletiva e articulada para barrar os retrocessos nas relações, nas políticas e na economia.



NOSSO CORPO NOS PERTENCE

A ofensiva conservadora se expressa na tentativa de ampliar o controle sobre o corpo e a vida das mulheres.

As lutas pelo direito a uma vida livre de violência, pela autonomia na decisão sobre a maternidade e o aborto, por uma sexualidade livre e pela ruptura com os padrões de beleza fazem parte das mobilizações feministas há muito tempo e permanecem como questões centrais e muito atuais para o feminismo.

O feminismo reivindicou o corpo para as mulheres: *nosso corpo nos pertence!* Com isso, afirmamos que as mulheres são donas de suas próprias vidas. O corpo não está separado da mente e, por isso, a reivindicação de que o corpo nos pertence questiona as formas pelas quais este sistema interfere e mol-

da as subjetividades, colonizando pensamentos e desejos. O corpo das mulheres é moldado e disciplinado para o trabalho, e o comportamento é vigiado, julgado, punido. A forma hegemônica de ser mulher é marcada pela expectativa de uma permanente disponibilidade para o outro, seja pelo nosso trabalho que nunca acaba, seja pelas exigências sobre a aparência.

O feminismo desnaturalizou o corpo. O corpo das mulheres não é determinado pela natureza, mas construído socialmente para a maternidade e para o cuidado. É um corpo construído para o trabalho. Um corpo forte e resistente para alguns trabalhos. Para outros trabalhos, são exigidas habilidades manuais, agilidade e um determinado tom de voz. Postura corporal e paciência, dedicação e disponibilidade. Maioria no setor de serviços, as mulheres ocupam determinados postos de trabalho segundo sua aparência, sua raça e sua classe. As habilidades adquiridas em sua socialização, pela divisão sexual do trabalho, são aproveitadas pelas empresas sem a devida valorização.

Nosso corpo é construído junto com os ideais de ser mulher em cada sociedade. Os desconfortos, violências ou processos de aceitação de cada mulher com seu corpo são marcados pela classe, pela raça e pelo gênero. Para as mulheres brancas e de elite, é construído o ideal da fragilidade; para as mulheres negras, trabalhadoras, é incorporada a prática cotidiana de força para dar conta de muito trabalho pesado. Vivemos

todas e cada uma a relação com o corpo em momentos históricos determinados.

Quando as mulheres afirmam o corpo como primeiro território, colocam a luta pela autodeterminação e liberdade como uma disputa permanente. Nessa disputa, precisamos ter a capacidade de articular uma visão completa sobre o nosso corpo. Isso requer refletir sobre nosso corpo na relação com as dinâmicas capitalistas, racistas e patriarcais que impõem ritmos, expectativas e exploração. Mas também fortalecer as nossas resistências e a capacidade que as mulheres têm de juntas recuperar o controle sobre suas vidas, comportamentos e desejos. A luta feminista pela liberdade e a autonomia sobre o corpo carrega esse sentido integral, que se articula essencialmente com a luta por igualdade e com a transformação na organização do cotidiano, do trabalho e da vida.

BELA, RECATADA E DO LAR

A articulação do patriarcado com o racismo e o capitalismo demonstra a capacidade destes sistemas de se remodelar para perseverar através dos tempos. Hoje encontramos discursos sobre o empoderamento e protagonismo das mulheres em diferentes áreas. Ao mesmo tempo, vemos novas roupagens para o mesmo controle dos corpos, do trabalho e da sexualidade das mulheres, e o reforço de um ideal de “*ser mulher*” que concilia o

trabalho ao que seria sua responsabilidade primeira: garantir a harmonia e funcionamento do lar.

Em alguns momentos históricos e até hoje em muitas sociedades, a coerção marca este modelo: a ameaça da violência obriga as mulheres a seguirem estritamente as regras e leis patriarcais. Mas, cada vez mais, vemos que a coerção passa a dar lugar a um estímulo constante para que as mulheres “desejem” se submeter aos padrões machistas.

A socialização diferenciada de mulheres e homens faz com que as desigualdades não apenas pareçam naturais, mas desejáveis. Seja nas escolas, no ambiente familiar, no trabalho ou através da mídia, os padrões de feminilidade e masculinidade são continuamente demarcados e reafirmados. Não é mais necessário que as mulheres sejam coagidas pela violência a cumprir com as expectativas de suas práticas sociais como mulheres. Pelo contrário, a feminilidade normativa contemporânea se encarrega de propagandar a figura de uma mulher feliz e bem resolvida com as suas escolhas.

Os padrões de feminilidade que são impostos às mulheres são acompanhados da ideia de que são necessariamente libertários se resultarem da livre-escolha. Mas quais são as possibilidades de escolha das mulheres? As opções são limitadas pelo que o mercado capitalista, racista e machista oferece a cada uma.

Ao se dizer, por exemplo, que uma mulher *escolheu* fazer cirurgias plásticas para mudar a sua aparência, e que portanto ela é livre, não se questiona que, nesta sociedade, as mulheres são julgadas por padrões de beleza.

Diz-se que as mulheres escolhem deixar o trabalho para dedicarem-se exclusivamente à família, ou que escolhem ser prostitutas. Esse pensamento desconsidera que os sujeitos são frutos de construções sociais. E que nossas escolhas são em grande parte moldadas pela possibilidades que nos cercam. Mais do que isso, reduz a luta feminista pela autonomia e autodeterminação - ou seja, pelo direito de decidir sobre a vida e ter condições para colocar em práticas estas decisões - a algumas escolhas entre opções limitadas.

SOCIALIZAÇÃO NA DESIGUALDADE

No âmbito das leis, tivemos avanços no sentido de indicar a igualdade formal entre homens e mulheres. Mas, na vida real, os marcadores da desigualdade seguem fortes e pouco questionados, tanto no nível simbólico como no material.

Por exemplo: quando uma menina nasce, uma das primeiras atitudes é pendurar brincos nas suas orelhas. E na vida adulta grande parte das mulheres não consegue sair de casa sem usar brincos. Embora seja evidente que deixar de usar

brincos não é necessariamente uma postura antipatriarcal, refletir sobre os demarcadores silenciosos do patriarcado é necessário para que os padrões de feminilidade não sejam reproduzidos com naturalidade.

Apesar de meninos e meninas ouvirem constantemente que são iguais em direitos, a socialização diferenciada demonstra que a sociedade possui expectativas distintas para as pessoas de acordo com seu sexo, sua classe e sua raça.

Os meninos recebem brinquedos mais relacionados ao raciocínio lógico, como carrinhos e jogos de montar, brincam mais ao ar livre e tem mais acesso à tecnologia. Já as opções de lazer para as meninas estão relacionadas à tarefas da beleza e do cuidado, como bonecas e mini-objetos de limpar a casa. Até as atividades físicas destinadas às meninas tem a ver com a paciência e a graciosidade – enquanto as meninas dançam, os meninos jogam bola e lutam. Enquanto as crianças de famílias com mais renda estão acostumadas a ter alguém integralmente disponível para o seu cuidado, as crianças pobres têm o trabalho como uma realidade desde pequenas.

Também desde muito cedo se propaga a afirmação dos homens como violentos, da violência como sinônimo de virilidade, e de que os homens podem reagir a tudo com agressão. Esse é um comportamento mais aceitável para os homens

brancos. No caso dos homens negros, a resposta explosiva da violência tem outro peso e outra medida nesta sociedade racista que, de partida, criminaliza a população negra. Da mesma forma, alguns aspectos enaltecidos da feminilidade branca se contrastam com aspectos desvalorizados da feminilidade negra. Até pouco tempo atrás, as mulheres brancas e de classe média eram socializadas com a expectativa do casamento para servir aos seus maridos. Ao passo que as mulheres negras e as mulheres pobres são vistas enquanto disponíveis sexual e afetivamente, sem reciprocidade.

A complexidade das relações sociais de classe, raça e sexo exige a superação de visões dicotômicas e rasas que não dão conta de explicar as dinâmicas da desigualdade e fragmentam as possibilidades de resistência.

A BATALHA CONTRA A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”, UMA REAÇÃO INTERNACIONAL

A batalha contra a “ideologia de gênero” é umas das reações aos questionamentos que o feminismo e o movimento LGBT fizeram à ordem patriarcal e à heteronormatividade que organiza as instituições, famílias e subjetividades. É um dos principais discursos empreendidos nesta onda conservadora e não começou na votação dos planos municipais/estaduais de educação.

As articulações contra a chamada “ideologia de gênero” existem desde os anos 1990, em espaços de negociação internacional, e contam com espaços de elaboração em universidades vinculadas a tradições religiosas fundamentalistas, como a *Opus Dei*. Na América Latina, o enfrentamento à ideologia de gênero é feito por muitas denominações de igrejas evangélicas, neopentecostais e também católicas.

O principal argumento mobilizador é o de que a “ideologia de gênero” seria responsável por desestabilizar as famílias. Também se afirma que os Estados, ao incorporar políticas de igualdade, estariam sendo coniventes e responsáveis pela destruição das famílias. Com esses argumentos, são formuladas propostas como a “Escola sem partido” para impedir que o pensamento crítico seja fomentado nas escolas, e é rechaçada qualquer tentativa de combater o ódio e a violência contra a população LGBT. Essas posições conservadoras interferem em outras questões da política nos países, como aconteceu no referendo realizado na Colômbia sobre o processo de paz, em que os críticos da “ideologia de gênero” fizeram campanha pelo voto “Não”.

O que precisa ser mostrado é que o Estado, a educação formal e as instituições carregam em si e operam uma ideologia heteronormativa, patriarcal e racista. Quando os conservadores dizem que são

contra a “ideologia de gênero” porque as feministas, as lésbicas, gays, bissexuais e transexuais estão “erodindo as bases da família”, eles combinam o rechaço a toda vivência da sexualidade que foge da heteronormatividade e das funções reprodutivas, e, ao mesmo tempo, defendem esse modelo de família que garante a reprodução econômica e social no capitalismo patriarcal.

DEBATES FEMINISTAS SOBRE A SEXUALIDADE

Ao longo da história, a sexualidade humana tem sido objeto de disputa e controle, com argumentos médicos, biológicos, religiosos e psicológicos. A sexualidade, o prazer, o erotismo e as fantasias são constantemente **construídos socialmente**. Por isso, o feminismo discute o que se entende, se aprende e se fala sobre sexualidade.

As lutas feministas e das lésbicas, bissexuais, gays, travestis e transexuais mudaram e continuam mudando as formas como a sexualidade é percebida e vivenciada. No feminismo, esta luta se relaciona com os debates sobre o controle da reprodução e o direito ao aborto, com a denúncia do estupro e da violência contra as mulheres como formas de controle do corpo das mulheres pelos homens.

As mulheres lésbicas colocaram para o feminismo e para o conjunto da so-

cidade que existe uma imposição da heterossexualidade, que organiza as instituições, o trabalho, as relações sociais. A chamada **heteronormatividade** é uma dimensão fundamental para o controle do corpo, do trabalho e da sexualidade das mulheres em sociedades patriarcais. Esse modelo nega a diversidade, discrimina, pune e estigmatiza todas e todos que transgridem as normas e regras impostas e hegemônicas. A sociedade é ainda mais conservadora com a transgressão feminina e a expressão do desejo sexual das mulheres, e por isso a intolerância com a sexualidade lésbica é maior.

Ao longo das nossas vidas, a relação com o corpo e a sexualidade é estimulada de forma diferente para os meninos e as meninas. Enquanto os meninos desde pequenos são estimulados ao desejo, a falar sobre sexo e a tocar o próprio corpo, as meninas são inibidas e a descoberta de seus corpos é reprimida.

Muitas mulheres que nasceram na primeira metade do século passado viveram a vida toda mantendo relações sexuais forçadas, por obrigação, para servir ao marido. Ainda é comum que as mulheres realizem práticas sexuais que não desejam, para não serem consideradas inadequadas ou porque o seu “não” é desconsiderado. Isso é mostrado no ditado machista: *“não existe mulher difícil, existe mulher mal cantada”*. Essa expressão escancara a negação do desejo das mulheres.

Para as mulheres adultas casadas com homens, o sexo é visto como uma necessidade para conservar o casamento ou mesmo como parte das suas “tarefas de esposa”. Para as jovens, convivem as certezas de querer ter direito a sentir prazer e, ao mesmo tempo, persiste alguma vergonha de admitir o desejo, de falar das vontades e dúvidas. Mas é só conversar com as mulheres, ou mesmo ler relatos na internet, para perceber que a maioria continua enfrentando muitas contradições e obstáculos nesse caminho da luta por autonomia, liberdade e prazer.

HIPERSEXUALIZAÇÃO E BANALIZAÇÃO

Convivemos no Brasil com a **hipersexualização do corpo das mulheres negras**. Esse processo tem suas raízes na escravidão, com o estupro e a violação sistemática do corpo das mulheres negras e indígenas.

A sociedade impõe, cada vez mais cedo, a necessidade de que as meninas se apresentem como sedutoras, expondo corpos femininos constantemente na publicidade e, novamente, alimentando a ideia de que a sexualidade feminina está disponível aos desejos e vontades dos homens. Esses são processos sociais que interferem na forma como a sexualidade é percebida e vivenciada.

As mulheres romperam fronteiras, ocuparam o mundo público e hoje expressam mais os seus desejos e fantasias. Mas há também uma permanente pressão para que estejam sempre dispostas sexualmente, em nome de uma suposta liberação. O controle e a padronização da sexualidade é uma constante. As mulheres são estimuladas a alterarem seu comportamento sexual de acordo com as novas exigências masculinas. E, caso as mulheres questionem esse modelo **androcêntrico**, são consideradas moralistas, puritanas e reprimidas. Não por acaso, essas são as mesmas características atribuídas às feministas. Existe hoje, portanto, um discurso de liberação da sexualidade que permanece dentro das normas da sexualidade masculina.

O feminismo afirma a autonomia das mulheres como condição para uma vivência livre da sexualidade, mas as relações sociais de poder nas quais estamos imersas provoca muitas contradições. Carol Vance diz que a sexualidade é um terreno que coloca as mulheres em uma tensão entre o perigo e o prazer, por ser uma experiência que contém, ao mesmo tempo, alegria e prazer, tristeza e humilhação. Não é uma experiência marcada somente pela subordinação ao poder masculino, mas também não é uma experiência de completa satisfação.

Entre os perigos internos, destacamos a interiorização que as mulheres fazem da

feminilidade tradicional, que contribui para que vivam a sexualidade como algo perigoso, que traz o medo de viver os próprios desejos, de perder os limites do corpo, de que suas fantasias não sejam adequadas.

A formação da identidade feminina a partir da polarização entre santas e putas coloca as mulheres em permanente tensão. Elas têm que agradar aos homens, serem sedutoras... mas de forma indireta, para que sejam eles a tomar a iniciativa.

As mulheres negras colocam para o feminismo o debate sobre a hipersexualização de seus corpos e a reflexão sobre a solidão da mulher negra, que se encaixa nessa polarização entre as mulheres. Muitos homens negros buscam mulheres brancas para estabelecer relações estáveis, enquanto esta realidade da solidão das mulheres negras se mantém. Muitas mulheres negras são responsáveis sozinhas pelo sustento da casa e pela reconstituição das famílias frente ao encarceramento e assassinatos dos jovens negros, e, ao mesmo tempo, são vistas especialmente na juventude como mulheres para transar, mas não para manter relações estáveis de afeto mútuo.

LIBERDADE PARA QUEM?

A ideia de liberdade sexual virou argumento para uma lógica de consumo das pessoas. Na sociedade regida pelo mercado, onde é preciso provar e consumir

tudo, as pessoas se transformam em mais um produto a ser consumido. A dinâmica do cortejo e descarte vira uma prática comum. A negação da afetividade e do compromisso se apresenta como ferramenta de libertação, mas convive com uma idealização de, em algum momento, encontrar a pessoa que vai “completar” suas expectativas.

Mais ainda, essa dinâmica hoje convive como a supervalorização e idealização do casamento. Permanece a ideia de que as mulheres precisam de um homem para serem completas. Dessa forma se constrói uma subjetividade que nega a autonomia e a legitimidade de seus desejos, na medida em que eles são atrelados a ser e estar para o outro, e não para si.

As relações estão permeadas por ferramentas de controle. O ciúme continua sendo apresentado como preocupação e amor, mascarando seu conteúdo de posse e controle. Ao mesmo tempo, se retoma hoje o debate sobre o “amor livre” e poliamor, muitas vezes dentro de moldes conservadores. É preciso que questionemos se essas fórmulas acabam com os privilégios masculinos ou se os reproduzem. Não adianta sair de um modelo e entrar em outro que também aprisiona. Não adianta adjetivar o amor sem desconstruir as relações de poder.

As feministas defendem a autonomia, o direito que as mulheres têm de gostar de sexo, de transar com homens, com

mulheres, e de vivenciar a sexualidade fora do padrão do casamento e da dupla moral. Questionam o modelo hegemônico de sexualidade e afirmam que este modelo não é o único. Existem muitas resistências e práticas contra-hegemônicas, regidas por outras vontades e princípios. E essas práticas sempre existiram.

Teremos mais liberdade na sexualidade à medida que formos capazes de ampliar a nossa liberdade e autonomia na vida, capazes de desconstruir as formações das nossas subjetividades, de questionar as expectativas que os outros nos impõem. Em qualquer relação, afirmamos a exigência da igualdade e da não submissão. Se não é livre, não é amor.

CORPO FRAGMENTADO, CORPO REMEDIADO

Os incômodos e inseguranças são provocados por um padrão de beleza inalcançável e pelo julgamento permanente. São naturalizados, como se as mulheres sempre precisassem de alguma correção, algum ajuste estético ou médico.

A separação entre mente e corpo é ideal para que esse sistema opere com maior produtividade. O corpo das mulheres é tratado de forma fragmentada, como órgãos, músculos e ossos que adoecem por si só, sem nenhuma conexão com o gasto de tempo, as condições de vida e as emoções.

Na cidade e no campo, o consumo de antidepressivos e ansiolíticos cresce em larga escala. As condições de adoecimento psíquico são vistas apenas como disfunções químicas, como se o nosso cérebro e glândulas operassem desarticulados da nossa própria existência. Muito pouco os médicos perguntam sobre as nossas condições de vida, de trabalho e de afetos.

As recomendações de saúde e bem-estar mascaram interferências que controlam, reprimem e mutilam o corpo das mulheres. O autocuidado se transforma em beleza e rendimento a todo custo.

A defesa feminista da saúde das mulheres tem a ver com preservar e conservar a saúde, como parte de um debate sistêmico que vai muito além das saídas individuais. Pensarmos em saúde para todas significa discutir quais são as condições de vida que precisamos ter para não adoecer - nem do corpo, nem da alma.

Se as mulheres trabalham demais e ficam cansadas e ansiosas, se ingerem produtos com agrotóxicos e desenvolvem doenças crônicas ou se estão sempre disponíveis para o outro e não têm tempo de se exercitar, a indústria farmacêutica coloca em cápsulas a solução para os sintomas desses problemas, e suas causas permanecem inquestionáveis.

Os hormônios artificiais são receitados para tudo. Uma sociedade que não aceita o envelhecimento das mulheres prescreve reposição hormonal assim que elas

atingem a menopausa. Basta chegar na idade reprodutiva para que as meninas sejam aconselhadas a utilizar anticoncepcional. Ademais, a propaganda diz que a sua função extrapola a prevenção da gravidez, sendo útil para a pele, para as cólicas e até mesmo para regular o humor.

Alguns deles chegam a inibir a menstruação, se aproveitando da ideia de que a menstruação é algo sujo e desnecessário, que atrapalha a produtividade das mulheres. Poucas vezes, porém, fala-se sobre os perigos que esse tipo de medicação pode acarretar como “efeitos colaterais”, entre eles, por exemplo, a diminuição da libido, doenças como trombose e até mesmo a morte.

Congestionar o corpo das mulheres com anticoncepcionais, antes mesmo de saber se elas praticam relações sexuais com homens, tem a ver tanto com a heteronormatividade como com a ideia de que a contracepção é uma responsabilidade exclusiva da mulher. Os homens são desobrigados a usar camisinha e muito pouco se conhece sobre os métodos de prevenção de DSTs em relações lésbicas. Enquanto isso, crescem cada vez mais os índices de doenças sexualmente transmissíveis.

ENFRENTAR A ALIENAÇÃO DO CORPO E DA VIDA

A alienação que temos em relação ao nosso corpo também está ligada à alie-

nação com relação ao que comemos e à forma como permitimos que um poder médico e “científico” defina quais alimentos são adequados para nós. A sociedade regida pelo mercado tem uma dieta da moda em cada estação do ano, e cada vez mais pessoas se descobrem alérgicas a algum componente da comida. É esse mesmo mercado que produz toneladas de comida envenenada pelos agrotóxicos e transgênicos. A maioria dos agrotóxicos, aliás, teve origem como arma química nas guerras, quando seus componentes foram usados para matar as pessoas. Quando questionada, a indústria alimentícia se apropria dos discursos antissistêmicos e começa a vender produtos orgânicos que não mudam o modo de produção, são caros e inacessíveis para a maior parte da população.

A ação humana na lógica do mercado capitalista trata a natureza como se estivesse a serviço da vida de uma parte das pessoas, e não compreendem que nós somos parte de um todo.

O capitalismo não respeita os tempos necessários para a regeneração da natureza, avança cada vez mais sobre os territórios e explora a natureza. Essa exploração transforma o que seria renovável em não renovável, porque não respeita o tempo

da regeneração. Com a **financeirização da vida e da natureza** isso se amplia, porque o tempo das bolsas de valores é muito acelerado e se separa cada vez mais do que é a vida real, a economia real.

Os tempos da vida marcados pela produtividade, pelo trânsito e pela conexão seguem essa aceleração que quer tornar as pessoas mais e mais produtivas.

Isso impacta a nossa saúde física e mental, o nosso corpo e as nossas possibilidades de colocar em práticas vontades e decisões sobre a nossa vida. Questionar os mecanismos que fazem com que as mulheres estejam todo o tempo disponíveis para os outros é um caminho para articular as resistências que precisamos construir e fortalecer.

A luta pela autonomia das mulheres envolve um processo permanente de ampliação da consciência feminista e desalienação do nosso corpo, vida e trabalho. A conquista da liberdade sobre o corpo e a sexualidade é uma das dimensões da autonomia das mulheres, que só pode ser uma realidade para todas, com a igualdade. As condições para pensar e praticar a autonomia e a liberdade são centrais na luta para que todas tenham o direito a uma vida que vale a pena ser vivida.



MERCADO EM EXPANSÃO

A crítica feminista ao processo de **mercantilização da vida** é muito potente porque ajuda a entender como funciona a engrenagem do sistema capitalista, patriarcal e racista. O capitalismo se reestrutura permanentemente usando os mesmos mecanismos violentos de acumulação que estavam em sua origem: a exploração do trabalho, a apropriação das terras e da natureza, o controle sobre o corpo das mulheres, a violência e o poder militar.

Em todas as sociedades que se formaram com a escravidão, o racismo continua sendo estrutural, violento e se intensifica cada vez mais. No atual estágio da globalização neoliberal, em que há a livre-circulação de mercadorias e capital, mas a restrição da circulação das pessoas, vemos o aprofundamento do racismo e da xenofobia. Em razão das

guerras e da pobreza, muitos povos migram em busca de melhores condições de vida e encontram um cotidiano marcado por impedimentos, violência, racismo e exclusão da cidadania.

SOMOS MULHERES, NÃO MERCADORIAS

A crítica feminista à mercantilização não tem a ver apenas com a forma como as mulheres são representadas pela mídia - apesar disso, basta abrir uma revista de economia para ver homens engravatados representando especialistas e imagens de mulheres brancas-magras-jovens sedutoras e semi-nuas sendo usadas para vender algum produto para os homens.

A mercantilização é um processo de expansão do capital sobre a vida, que transforma cada vez mais esferas e processos da nossa vida em mercadoria.

As relações entre as pessoas são cada vez mais mediadas pelo mercado. Dizemos não à mercantilização porque não aceitamos viver sob as regras, os tempos e os ritmos do mercado capitalista.

Quando falamos sobre o mercado, não estamos falando de algo abstrato. Falamos de grandes empresas transnacionais controladas por poucas pessoas e famílias, e de pequenas empresas querendo ser grandes. O objetivo das empresas capitalistas é ter mais e mais lucro. Criam estratégias de propaganda e novas necessidades para que as pessoas sintam que possuir

aquele novo produto é urgente e o que realmente nos fará mais felizes.

O capitalismo molda nossos comportamentos e interesses atuando sobre as nossas subjetividades. Para gerar mais lucro, o capitalismo precisa explorar o trabalho das pessoas. Assim, passamos a maior parte da nossa vida trabalhando.

Marx já dizia que um dos mecanismos de funcionamento do capitalismo é fazer parecer que as mercadorias têm um valor em si. Ou seja, esconder que o valor das mercadorias é produzido pelo trabalho socialmente necessário para sua produção, feito pelas mãos dos trabalhadores e trabalhadoras. Isso é o que ele chamou de *fetiche da mercadoria*. A isso se combina um processo de *alienação do trabalho*, em que as pessoas que trabalham são separadas do produto final, do resultado do seu trabalho, para que não tenham consciência do mesmo.

O objetivo desses dois processos é esconder as relações sociais que estão por trás das mercadorias que circulam mundo afora e no nosso cotidiano. São as relações sociais de dominação e exploração que movem a produção de riqueza, que por sua vez é cada vez mais concentrada nas mãos de menos gente.

EXPLORAÇÃO E APROPRIAÇÃO ENTRECruzADAS

Para compreender como se conectam os mecanismos de exploração do

trabalho, apropriação das terras e da natureza, controle sobre o corpo das mulheres, violência e poder militar, podemos utilizar o exemplo dos telefones celulares.

No Brasil, a cada 10 pessoas, cerca de 8 tem um telefone celular. Os fabricantes dos telefones celulares são grandes empresas, como Samsung, LG, Apple, entre outras. Muita gente trabalha para produzir um telefone, em várias partes do mundo, acompanhando a divisão social, sexual e internacional do trabalho.

O trabalho mais valorizado é chamado trabalho intelectual, que envolve o *design* dos aparelhos, a parte visual e estética, junto com toda a parte da engenharia dos materiais e da programação dos *softwares* que fazem os telefones funcionarem. Hoje em dia, a maior parte das pessoas do mundo não têm acesso à computadores, mas acessam a rede por meio de seus celulares. São os chamados *smartphones*.

O trabalho menos valorizado é o chamado trabalho manual nas fábricas de montagem de aparelhos. Essas fábricas estão localizadas em diferentes partes do globo, próximas aos mercados consumidores. No Brasil também existem fábricas onde os celulares são montados. A maioria das pessoas que trabalham nessas fábricas são mulheres. Thais Lapa mostrou em sua pesquisa¹ que as mulheres são

quase 100% das pessoas que trabalham diretamente com a montagem dos aparelhos. Já os homens geralmente estão nas posições de chefia, manutenção e abastecimento. Esse é um exemplo muito forte de como a divisão sexual do trabalho atua no processo de produção capitalista.

As mulheres não estão na montagem por um acaso, mas porque esse trabalho, menos valorizado e pior remunerado, precisa de suas habilidades manuais, que envolvem delicadeza, paciência e repetição. Essas habilidades são adquiridas pelas mulheres por sua socialização, forjada para adquirirem responsabilidades com o trabalho doméstico e de cuidados. Nas fábricas, as habilidades necessárias à montagem de um celular não são consideradas qualificação, pois são consideradas habilidades naturais, que as mulheres possuem só porque são mulheres. Não trata-se a montagem como um trabalho que exige um alto nível de concentração, e sim como apenas mais um trabalho manual. E assim, novamente, o corpo das mulheres é fragmentado.

O trabalho menos valorizado ainda encontra-se na extração da matéria-prima para a fabricação das peças dos celulares, que permite seu funcionamento e conexão. Um dos melhores materiais usados para isso é o *Coltán*, uma combinação de dois minérios, cujas maiores reservas do mundo estão na República Democrática do Congo. A partir dos anos 1990, acompanhando o desenvolvimen-

1. Pesquisa "Processo de trabalho, divisão sexual do trabalho e práticas sociais das operárias na indústria eletroeletrônica no contexto da flexibilidade produtiva" disponível em: <http://migre.me/vSmvG>

to rápido das tecnologias digitais, a vida das pessoas neste lugar começou a ser controlada, atacada e destruída.

A exploração da natureza e os conflitos gerados em torno da mineração causou uma guerra civil, com milhares de pessoas mortas e refugiadas. No encerramento da 3ª ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres, em 2010, as feministas denunciaram os estupros e violações que as mulheres sofrem naquele país, em uma das expressões mais atuais e violentas de como o corpo das mulheres é considerado um território a ser conquistado. As violações marcam a vida de cada uma das mulheres que as sofrem, e marcam ao mesmo tempo a vida de todas, como se fosse um destino que apenas com sorte se pode escapar. Nesse contexto de guerra e disputa entre milícias, o estupro funciona como humilhação das mulheres e de suas comunidades. Portanto, não se trata de um efeito colateral, mas sim um efeito central na disputa pelo território.

Com este exemplo, percebemos que, ao olhar para algumas partes do processo de produção dos aparelhos celulares, são reveladas relações sociais de poder, exploração e dominação.

Os mais novos aparelhos são feitos a partir desse processo bem antigo de acumulação capitalista: a exploração do trabalho, a extração da natureza e controle militarizado dos territórios, a violência e apropriação do corpo das mulheres.

Mas o processo de extração e acumulação de riquezas não para por aí.

As principais redes sociais, aplicativos e ferramentas usadas nos celulares também são propriedade de grandes empresas transnacionais, como Facebook e Google. Eles lucram bilhões de dólares a cada ano ao mesmo tempo em que prometem oferecer serviços “gratuitos” para quem usa. O que escondem é que somos nós a grande mercadoria dessas empresas.

Quando aceitamos os termos e condições, escritos em letras minúsculas, para utilizar seus serviços, essas empresas passam a ser proprietárias das nossas informações pessoais. Assim, deixamos nossos rastros - com quem falamos, para onde vamos, quais conteúdos procuramos na internet e quais são os nossos interesses - para serem vendidos a empresas de publicidade direcionada. Com esses dados, elas ampliam a possibilidade de criação de novas necessidades de consumo para nós. Por isso, quando acessamos o Facebook, por exemplo, aparecem propagandas que tem a ver com as coisas que gostamos e com o nosso perfil.

A TECNOLOGIA NÃO É NEUTRA

Na América Latina, o uso das redes sociais e das novas tecnologias cresce muito mais rápido do que a justiça e a igualdade. Esse uso é permeado, portanto, pelas dinâmicas de desigualdade e exclusão. Os sites, aplicativos, redes sociais e plataformas

funcionam por meio de **algoritmos**, programados para processar uma quantidade muito grande de informações que cedemos quando utilizamos a internet. O algoritmo é uma sequência definida de instruções e procedimentos que devem ser seguidos para executar tarefas e solucionar problemas nos programas de computadores e celulares. É como a construção de um prédio, onde são definidos os passos que devem necessariamente ser seguidos para chegar ao resultado definido.

Os algoritmos programados pelos funcionários das grandes empresas correspondem aos interesses particulares delas e reproduzem uma série de estereótipos e preconceitos.

O problema não é a tecnologia em si. Se usada para atender o interesse coletivo, a tecnologia facilita o trabalho e aproxima pessoas. Mas essas empresas direcionam a tecnologia para servir aos modelos capitalistas de negócios, que tratam a nossa vida como mais uma mercadoria para aumentar seu lucro. Desta maneira, reproduzem e aprofundam as desigualdades da sociedade capitalista, racista e patriarcal.

Pelo menos quatro problemas muito graves estão relacionados a isso:

■ Cada vez mais, as cidades, as casas e espaços em geral possuem câmaras de vigilância em nome da garantia da segurança. A tecnologia destas câmaras são propriedade de empresas privadas

que, em alguns casos, atuam em parceria com o poder público. Com isso, as empresas têm uma alta capacidade de coletar informações sobre a vida das pessoas, seus deslocamentos e companhias, suas atividades privadas, públicas e políticas. São várias as denúncias do racismo que orientam os algoritmos programados para alertar quando existe a presença de pessoas ou atividades “suspeitas”. Quem definiu o que é uma atividade suspeita? Ou como se parece uma pessoa suspeita?

■ O fato de que nossos dados estão todos armazenados por empresas privadas e governos faz com que hoje se configure um processo de vigilância em massa. Se, antes, era necessário um aparato muito caro para espionar a conduta de cidadãos, hoje basta ter um celular no bolso para que sejam gravados os áudios e imagens da nossa vida cotidiana. Isso é útil não apenas para a publicidade, mas para a **criminalização dos movimentos sociais** e de qualquer pessoa cuja conduta seja desviar das leis, por mais injustas que algumas leis possam ser.

■ No caso das redes sociais, os algoritmos também escolhem os assuntos e pessoas que mais aparecem para cada usuário, filtrando conteúdos de acesso de acordo com cada comportamento na internet. Por exemplo, se curtimos, compartilhamos e comentamos as postagens de determinadas pessoas, provavelmente elas e pessoas parecidas a elas irão apa-

recer com mais frequência na nossa linha do tempo. Quando olhamos análises das redes sociais sobre temas da política atual, vemos que, ao invés do debate e da troca de informações, existem bolhas que não dialogam entre si. Desta maneira, as pessoas vão convivendo cada vez mais com gente muito parecida com elas. Não por acaso, temos visto tanta dificuldade e agressividade de lidar com as diferenças e com as divergências políticas. Cresce a banalização do ódio e a falta de capacidade para o diálogo, que é um pressuposto da vida na democracia. Torna-se comum a ideia de banir quem tiver outra opinião, outra forma de viver a sexualidade, outra classe ou outra cor. E assim vai se tecendo uma lógica de autoritarismo e intolerância muito perigosa, que prepara culturalmente as pessoas para encararem o fascismo com naturalidade.

■ Os algoritmos das redes sociais censuram alguns conteúdos e permitem outros. Quem decide isso? Lembramos, de novo, de casos recentes, em que as fotos de mulheres onde apareciam seios – seja quando fosse parte da cultura indígena, ou quando retratasse mulheres amamentando – foram retiradas automaticamente do Facebook. Por outro lado, os perfis, grupos e comunidades que incitavam o ódio e a violência contra as mulheres sempre são denunciados por muita gente, muitas vezes, e mesmo assim continuam no ar. Os algoritmos patriarcais e racistas acham que o corpo das mulheres

é um problema – quando não é usado em propagandas – e são coniventes com a violência contra as mulheres.

APLICATIVOS QUE TRANSFORMAM NOSSAS VIDAS EM LUCRO

Precisamos estar alertas. Hoje vemos, por exemplo, vários grupos de mulheres nas redes sociais trocando experiências para parar de tomar hormônios contraceptivos. Isso é positivo, considerando que, desde cedo e para qualquer coisa, nos receitam pílulas para a pele, para os pêlos, para não engravidar. Interromper o uso da pílula, em muitos casos, significa não aceitar as imposições da indústria farmacêutica e do poder médico. E recuperar, no caso das mulheres heterossexuais, que a responsabilidade com a contracepção deve ser das duas pessoas envolvidas na relação sexual. Contudo, alguns aplicativos foram programados com a intenção explícita de reunir dados sobre a saúde das mulheres para entregá-los ao mercado. Isso demonstra que as tecnologias não são neutras e que algumas questões levantadas pelo feminismo são incorporadas para que as empresas tenham ainda mais lucros.

Um estudo do grupo Coding Rights² analisou alguns aplicativos relacionados aos ciclos menstruais, que são usados por milhões de mulheres – em sua maioria adolescentes e jovens. Os aplicativos, como o *Glow*, usam a necessidade de

2. Disponível em: <http://migre.me/v5mwT>

autoconhecimento do corpo, defendida pelas feministas, para que as mulheres disponibilizem informações sobre seu cotidiano, seus sentimentos, hábitos alimentares e sexuais. Os incômodos com a menstruação e as vivências, desejos e práticas das mulheres são transformados em informações quantificáveis, que poderão servir para que as transnacionais farmacêuticas vendam mais medicamentos. Esse estudo aborda muitas questões que são caras para essa nossa discussão desde uma perspectiva feminista.

Somos nós quem produzimos as informações que se tornam valor quando apropriadas pelas empresas, seja nas redes sociais, nos aplicativos sobre menstruação ou naqueles que contam nossos passos e calorias. Esse é um tempo da nossa vida que é apropriado, como mais uma forma de trabalho não remunerado. A nossa vida e o nosso comportamento são as mercadorias. As empresas donas dos aplicativos podem guardar nossos dados e usar conforme seja de seu interesse. Viramos números, fonte de lucro e propriedades das empresas, mas tudo isso acontece legitimado com um discurso de que podemos escolher e de que isso faz parte da nossa liberdade.

ENFRENTAR O PODER E AS ESTRATÉGIAS DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS

As grandes empresas sabem do potencial para expandir ainda mais a mer-

cantilização da vida por meio das tecnologias digitais, e por isso atuam de forma articulada, influenciando governos a legislar em defesa de seus interesses. Por isso, essas empresas de tecnologia e comunicação se juntam com as transnacionais do agronegócio e as farmacêuticas para pressionar para que os governos assinem Tratados de Livre Comércio (TLCs) que garantam uma condição básica para a manutenção e expansão de seus lucros:

a propriedade intelectual.

O chamado livre comércio não é uma novidade e também não é livre. Os tratados de livre comércio são instrumentos que estabelecem regras muito rígidas para que as empresas transnacionais ampliem seu poder sobre nossas vidas, o controle sobre as políticas dos Estados e a exploração da força de trabalho.

Tudo isso mostra que o capital tem a sua agenda muito articulada e é planejado detalhadamente a longo prazo. Nossa estratégia de luta também precisa ser articulada e antissistêmica, e por isso na Marcha Mundial das Mulheres apostamos na construção de alianças com os movimentos sociais. A **Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo** é um exemplo de aliança que construímos para enfrentar o poder das transnacionais e os tratados de livre comércio, na perspectiva de fortalecer as lutas anticapitalistas e o internacionalismo militante.

Isis Utsch



AJUSTE NEOLIBERAL, FAMÍLIA PATRIARCAL

Os ajustes que estamos enfrentando não são só nos salários e no emprego, mas no conjunto das condições de vida: trabalho sem direitos, terceirizado e com jornadas super extensas; transformação de direitos em mercadorias que excluem a maioria das pessoas de seu acesso; vigilância e violência para controlar as pessoas, os comportamentos e os territórios. Por isso, nossa luta precisa enfrentar o **conflito entre o capital e a vida**.

Muitas vidas da população trabalhadora, negra, indígena e pobre são descartadas e destruídas para que o estilo de vida de poucos privilegiados se mantenha sem contradições com o capital.

VIOLÊNCIA E CONTROLE

A violência é uma das principais formas de garantir o controle sobre as mulheres, disciplinar os nossos corpos e as nossas práticas. Além do aprofundamento da violência machista, os Estados e as milícias organizadas provocam uma situação de guerra na vida cotidiana. A vida das mulheres nas periferias está marcada pelo medo como um dos principais fatores de socialização. Além da violência direta, a ascensão de doenças como depressão, diabetes e hipertensão são resultado de um cotidiano estressante, marcado por violência, trauma e terror.

A cada dia, 6 pessoas são mortas no Brasil pelas mãos da polícia. A maioria das vidas tiradas pela violência policial é de jovens negros e pobres, moradores das periferias. Não por acaso, também são estes e estas os que mais são encarcerados. As mulheres - irmãs, mães, amigas e companheiras - tem a dinâmica de suas vidas alteradas quando um destes jovens é preso: a organização dos dias para a visita, a revista vexatória a que são submetidas, a reorganização do cuidado de quem está dentro e quem está fora da cadeia. Já as mulheres encarceradas não encontram a mesma atenção e oferta de cuidados por parte de seus familiares, que na maioria das vezes não as visitam. Elas sofrem com a organização **andro-**

cêntrica das prisões, que não respeitam a diversidade de orientação sexual, nem possuem espaços para o cuidado de crianças pequenas e para amamentação, por exemplo. Em 15 anos, o número de mulheres encarceradas cresceu mais de 5 vezes³. Com baixa escolaridade e baixa renda, responsáveis pelo sustento de seus filhos, as jovens e negras são a maioria destas mulheres. De acordo com o Infopen, a maioria delas, 58% foi presa por envolvimento com o tráfico de drogas. As mulheres se envolvem nessas atividades a partir da necessidade de garantir a sobrevivência e o sustento de suas famílias.

A criminalização da pobreza e dos que lutam contra ela é uma prática habitual de um Estado autoritário, e garante a manutenção da desigualdade que beneficia as elites brancas da nossa sociedade.

A chamada **guerra às drogas**, composta por práticas que configuram uma verdadeira guerra aos pobres, é o pretexto para a manutenção do controle sobre os territórios e as vidas da população que vive nas periferias, e para o aumento da militarização. Esta, por sua vez, é alimentada pela atual política proibicionista de drogas: a **militarização da vida** acontece pela via pública (polícia), e pela via privada (milícias e tráfico). Cabe ressaltar que a indústria armamentista é a mais lucrativa do mundo, ou seja, as grandes

3. Infopen, disponível em: Disponível em: <http://migre.me/vRNMk>

empresas muito se beneficiam com as situações de terror e violência nas periferias. As lutas anti proibicionistas revelam a hipocrisia da atual política de drogas: a lógica proibitiva de certas substâncias contrasta com a permissividade de outras, ambas alimentando indústrias – ilegais como o tráfico de drogas e armas, ou legalizadas, como a indústria farmacêutica. Enquanto a ilegalidade impacta os territórios periféricos e se baseia na violência contra a população pobre, o acesso às drogas ilícitas pela população com maior poder aquisitivo acontece em uma relação de consumo na qual os intermediários chegam até a entregar em domicílio. Por outro lado, a população está cada vez mais medicalizada, para atender as exigências de disponibilidade permanente das pessoas para o trabalho em cidades com funcionamento contínuo.

UM IDEAL CONSERVADOR DE FAMÍLIA EM CONTRASTE COM A VIDA REAL

Um desafio que o feminismo coloca para o conjunto da esquerda - e, ao mesmo tempo, que desde a esquerda é colocado para o conjunto do feminismo - é ter a capacidade de compreender como as diferentes dimensões desta ofensiva conservadora se conectam, se fortalecem, se impulsionam e dependem entre si. A defesa de uma família patriarcal, heterossexual e com papéis sociais de sexo

bem definidos é central na ideologia conservadora que sustenta as políticas neoliberais de ajuste.

Não à toa, “família” foi a palavra mais utilizada na votação da Câmara de Deputados que deu início ao golpe que afastou a presidenta Dilma em 2016. Aqueles que defenderam o impeachment, supostamente em nome de suas famílias, são os mesmos que votam as propostas que mais atacam as condições de vida da maioria da população brasileira. Eles operam e ratificam o desmonte do Estado e das políticas públicas de educação, saúde, seguridade social, alimentação. No processo de construção do golpe, atuaram para reduzir a maioridade penal, ampliar a terceirização do trabalho, fortalecer a definição heteronormativa de família e aumentar a criminalização do aborto.

O discurso de defesa da família patriarcal, central para os setores vinculados ao conservadorismo e ao fundamentalismo religioso, é incompatível com a realidade de grande parte das pessoas, cujas relações familiares extrapolam o modelo imposto. Trata-se, na verdade, de uma reação à realidade das famílias, que são extremamente diversas entre si no Brasil e no mundo.

Estamos passando por uma transição demográfica que se combina à transformações estruturais nas famílias. Em um contexto de envelhecimento da população, o tamanho das famílias em geral está

diminuindo e há uma diminuição da taxa de fecundidade. Ao mesmo tempo em que se mantém o percentual de casamentos, crescem os números de divórcios. É cada vez maior o número de famílias em que a pessoa de referência é a mulher.

Grande parte das famílias não segue o modelo nuclear, em que há um homem, uma mulher e filhos. Esse modelo tido como ideal tem como referências as famílias brancas e de elite, e segue a lógica da divisão sexual do trabalho: o homem seria o provedor, a mulher seria a dona de casa cuidadora. A realidade não funciona assim, já que a maioria das mulheres em relações heterossexuais (e também as que estão solteiras, em relações lésbicas...) trabalham fora e dentro de casa. Também cresce o número de famílias homoafetivas.

TRABALHO, MERCADO E PRODUÇÃO DO VIVER

O mercado tenta se apresentar como natural, como algo que sempre foi assim: as pessoas precisam de um salário para comprar no mercado o que necessitam para sua subsistência. Ou seja, as pessoas dependem do mercado. Porém, a sociedade organizada em torno do trabalho assalariado foi construída com base em muita violência, com a expulsão das pessoas das terras em que viviam e plantavam. A reorganização do trabalho

no processo de formação do capitalismo ocorreu junto com a separação rígida entre público e privado. O trabalho doméstico e de cuidados foi restringido ao mundo privado, e tratado como se não fosse trabalho. Assim ficou mais fácil impor que as mulheres o realizassem gratuitamente e que o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras pudessem vender sua força de trabalho no mercado. No Brasil, a escravidão foi a norma da organização do trabalho e da sociedade até o fim do século XIX. A dinâmica do mercado de trabalho assalariado se forjou com o processo de abolição, estruturada pela desigualdade racial e de classe.

Quando olhamos para tudo o que as pessoas precisam para viver, vemos que uma parte importante das necessidades não dependem do mercado, e sim do trabalho gratuito e permanente das mulheres, seja nas casas, nas cidades, seja na produção para o autoconsumo do campo.

No cotidiano, é através das famílias – baseadas nos laços sanguíneos ou afetivos – que muitas dessas necessidades são satisfeitas. Normalmente, são as mulheres que se desdobram para garantir que isso funcione. Quanto menos acesso a direitos e renda, mais trabalho as mulheres têm, nas famílias, para dar conta dessas necessidades. Isso está ligado com a **divisão sexual do trabalho**, que tem como princípios a separação e a hierarquia dos trabalhos. Separa assim o trabalho do-

méstico e de cuidados, realizado nas casas, e o trabalho remunerado, realizado no mercado. Nas casas de classe média e alta, a figura das empregadas domésticas é uma constante, muitas vezes envolvida em um discurso hipócrita de que elas são “como se fosse da família”. O emprego doméstico tem raízes na lógica da escravidão, na ideia de que o destino de algumas pessoas é servir outras - e de que os trabalhos braçais são mais adequados para certos corpos e tipos físicos. Essa ideologia racista que sustentou mais de 300 anos permanece operando no nosso país. As mulheres negras são maioria no emprego doméstico.

O TRABALHO DAS MULHERES SUSTENTA A ECONOMIA

A economia feminista e o movimento feminista como um todo contribuíram historicamente para mostrar que o funcionamento do mercado, da produção e da economia depende desse trabalho não remunerado e do trabalho doméstico mal remunerado. E mais: com suas análises críticas, o feminismo mostra que existe um processo de ocultar e apagar o vínculo entre o que acontece nas casas e o que acontece na economia do mercado.

As mulheres estão o tempo todo trabalhando: ganham seu salário, limpam, cuidam, cozinham, lavam, passam. Dentro de casa, o trabalho doméstico só é

visível quando não é feito. E nos debates públicos e políticos, continuam existindo tentativas de desvincular esse trabalho do funcionamento real da economia e da sociedade. Existe um processo de tornar o trabalho doméstico invisível, e essa invisibilização faz com que também sejam invisibilizados os sujeitos desse trabalho e suas demandas políticas.

Foi construída uma visão patriarcal de que o trabalho doméstico e os cuidados seriam expressão do amor que as mulheres sentem por sua família. Continua existindo muito julgamento quando as mulheres - mães, irmãs, companheiras - não atendem às expectativas sobre o que deveriam fazer, como se não fossem suficientemente boas ou não amassem a sua família. Essa é uma forma de ocultar que este trabalho faz parte de uma engrenagem maior, a engrenagem de reprodução da economia e da sociedade.

Os economistas clássicos diziam, e muitos ainda dizem, que a família é o lugar da harmonia e do altruísmo, enquanto o mercado e o mundo público seriam o lugar onde as pessoas perseguem seu interesse pessoal, o lucro. Esse é um discurso que legitima as explorações. Mas as feministas já demonstraram que a família é também um lugar de poder, em que não necessariamente predomina a harmonia, e onde existe, inclusive, violência, privilégios e benefícios de alguns com o trabalho permanente de outros.

RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO DOS CUIDADOS

O que as feministas colocam é que as mulheres garantem a **sustentabilidade da vida**. Sempre, e particularmente em momentos de crise, o tempo e o trabalho das mulheres é exercido como se fosse um colchão: amortece e garante que a vida se sustente neste mundo que trata as pessoas como mercadorias.

Por mais que tenhamos mudado muito a vida no espaço público, ainda é preciso mudar o mundo privado. Isso envolve a socialização com os homens deste trabalho necessário, bem como a alteração das relações sociais de classe e raça entre as mulheres, uma vez que, sobre as mulheres negras e pobres, recai a responsabilidade precarizada com o trabalho doméstico e, cada vez mais, com os cuidados.

Isso não significa negar a importância dos cuidados. Pelo contrário, é preciso reconhecer que todas as pessoas demandam cuidado ao longo da vida, ainda que este cuidado seja mais necessário e incontornável quando as pessoas são crianças, idosas ou possuem alguma condição de saúde que as tornem mais dependentes. O reconhecimento da centralidade do trabalho doméstico e de cuidados precisa caminhar junto com sua valorização social e também sua redistribuição.

A valorização dos cuidados não pode ser reduzida à sua mercantilização, ou seja, ao processo de tornar o cuidado mais uma mercadoria que se encontra disponível. Inclusive porque essa mercantilização – sem um reconhecimento, valorização social e redistribuição – tem significado empregos precários para mulheres e reafirmação da lógica da servidão.

Por outro lado, também é necessário ficarmos alertas às aparentes valorizações dos cuidados que carregam em si a essencialização do amor materno e da própria maternidade. A permanente disponibilidade para os outros como atributo do *ser mulher* é profundamente ligada à construção do modelo de feminilidade.

A economista feminista Amaia Perez Orozco⁴ chama esse processo de **ética reacionária do cuidado**. Ela indica que essa ética atua simultaneamente na formação da identidade feminina, marcada pelo sacrifício, pela maternidade e por uma visão de bem estar que restringe a família a uma perspectiva heteronormativa, que individualiza e privatiza o cuidado. Assim, serve para amortecer os impactos da lógica violenta de acumulação capitalista sobre a vida.

Um outro aspecto que também chama atenção na aparente valorização dos cuidados é o reforço na divisão entre o trabalho doméstico e o trabalho de cui-

4. O livro desta autora "Subversión feminista de la economía", está disponível em <http://migre.me/vSmD2>

dados, em que os cuidados relacionados aos afetos, à subjetividade e às emoções são mais valorizados do que os cuidados vinculados às necessidades físicas de banho, troca e limpeza, entre outros. Daí, decorre também a permanente desvalorização dos trabalhos domésticos que garantem que o cuidado seja possível. Este processo de valorização e desvalorização fragmentado é acompanhado pela valorização e desvalorização dos sujeitos que garantem essas tarefas para a sustentabilidade da vida, reproduzindo e recriando as desigualdades de classe, raça e sexo que estruturam nossa sociedade. O Estado, por meio das legislações e das políticas públicas, regula as práticas sociais de homens e mulheres e dos arranjos familiares, por vezes controlando e punindo as práticas que fogem à norma. Assim, a imposição da maternidade como destino das mulheres convive com a proibição do aborto. Nesse cenário, a licença paternidade é minúscula, reforçando a atribuição dos cuidados das crianças pequenas como responsabilidade exclusiva das mulheres, e as creches não chegam a atender nem metade da demanda existente.

O ESTADO EM FUNÇÃO DO MERCADO

Está em curso uma disputa sobre o controle dos recursos do Estado. As políticas neoliberais desmontam as políticas

de Estado que garantem direitos. Isso faz com que as pessoas dependam da iniciativa privada de empresas para acessar no mercado aquilo que deveria ser garantido como direito para todos e todas. Ao mesmo tempo, as políticas de ajuste impulsionam a privatização e repassam para as empresas a riqueza e o patrimônio construído pelo povo. O argumento de curto prazo (*“com essa privatização o Estado vai ganhar bilhões”*) oculta que as privatizações são, na verdade, muito vantajosas para as empresas, que se apropriam de uma riqueza histórica produzida pelas e pelos trabalhadores. Ainda por cima, tais empresas privadas recebem incentivos e subsídios do Estado para essa compra. Conduzido pelos grupos empresariais, o objetivo central passa a ser o lucro, e não a garantia de serviços públicos de qualidade, como deveria ser em uma gestão democrática, pelo Estado.

Do lado de cá, as pessoas são empurradas cada vez mais para a visão hegemônica do mercado, que encara o individualismo como o motor da economia. Sem o Estado para garantir os direitos e serviços básicos para todas as pessoas, independente da renda, se estabelece a ideia de que cada um deve buscar as suas próprias garantias individuais para pagar pelo que precisa. Esse movimento vai estabelecendo um vínculo e dependência crescentes das pessoas com bancos privados e seguradoras.

A **reforma da previdência** que quer ampliar o tempo de contribuição e aumentar a idade mínima para a aposentadoria é um dos principais exemplos de **ajuste neoliberal** que ataca as condições de vida. Sem direito a uma aposentadoria digna e vinculada ao salário mínimo, as pessoas terão ainda mais restrição no acesso aos bens de consumo. Frente à insuficiência do sistema público, os bancos privados e seguradoras aparecem como a solução para esse problema, que é encarado como se fosse individual.

Ao acabar com o direito das pessoas à aposentadoria pública, os beneficiados são os bancos que vendem a previdência privada - um negócio em expansão, cujos representantes se reuniram com os golpistas para a formatação desta reforma.

A população está envelhecendo. Mas o que sabemos e já estamos vendo é que as pessoas precisam de cuidados ao longo de toda a vida. O Estado já conta com pouca capacidade de apoiar o cuidado de idosos, e hoje o que predomina no Brasil é o apoio aos cuidados de idosos por meio do mercado, para quem pode pagar, seja em instituições, seja via cuidadoras domiciliares. Mas as famílias continuam sendo o pilar do cuidado de idosos e, nas famílias, o pilar continua sendo as mulheres. Hoje, é a geração de mulheres em torno dos 55-60 anos que garantem os cuidados de suas mães, sogras, tias, além de apoiar nos cuidados dos netos.

POR QUE AS MULHERES SÃO CONTRA ESSA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

■ **A previdência social não é deficitária.** A maioria da população trabalha a vida inteira para produzir a riqueza que é apropriada por poucos no Brasil. O recurso da previdência social vem do trabalho e de outras fontes de impostos. Grandes empresas sonegam impostos e outras têm isenções injustas. Além disso, o recurso da seguridade social é desviado para pagar a dívida pública, beneficiando bancos e rentistas.

■ **Não é possível igualar a idade de aposentadoria.** A realidade das mulheres e dos homens no mercado de trabalho é desigual: as mulheres estão em trabalhos mais precarizados e sem direitos, enfrentam maior rotatividade nos empregos e as responsabilidades com os cuidados são um obstáculo para que permaneçam de forma continuada no mercado de trabalho. As mulheres negras estão mais sujeitas ao desemprego, devido à lógica racista que opera na sociedade.

■ **A divisão sexual do trabalho organiza a desigualdade.** Os cuidados continuam sendo responsabilidade das mulheres na família, diante da escassez de serviços públicos que garantam o compartilhamento deste trabalho intenso - nem as creches são garantidas como direito de todos, muito menos o

cuidado dos idosos. A jornada de trabalho das mulheres é superior à dos homens, somando o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado.

■ A desvinculação do Benefício de Prestação Continuada do salário mínimo e o aumento da idade para acessar esse direito vai ampliar a pobreza.

■ As mulheres rurais trabalham toda a sua vida e lutaram muito para conquistar o direito à aposentadoria. A reforma propõe acabar com a forma diferenciada de contribuição que garante a aposentadoria da população rural.

■ É preciso ampliar a cobertura previdenciária das mulheres que são maioria nos empregos informais e precários, como o trabalho doméstico, que é uma das principais ocupações femininas, sobretudo das mulheres negras.

■ Defendemos a ampliação da previdência social em seu caráter público, universal e solidário. Isso significa reconhecer que todas as pessoas contribuem com a economia e que a aposentadoria digna deve ser garantida pelo Estado como um direito. A previdência precisa ser solidária e redistribuir a riqueza produzida entre toda a população sem que a raça, o gênero e a classe determinem

que algumas poucas vidas valham mais do que a maioria.

As mulheres são contra a reforma da previdência e as políticas de ajuste neoliberal porque não aceitam a imposição dessa lógica individualista que empurra as pessoas a “se virar” e conseguir as condições básicas de vida nessa sociedade violenta e dominada pelo mercado. O desmonte do Estado significa que, cada vez mais, as pessoas estarão vulneráveis e dependentes dos bancos, com os planos de previdência privada e os planos de saúde. O trabalho é explorado no processo de produção capitalista e a renda do trabalho volta para o mercado financeiro, já que os bancos usam os recursos para mais especulação. Para a maioria da população, sobra a precarização das vidas e o trabalho intenso e permanente. Para as mulheres, mais trabalho gratuito para amortecer os impactos da violência sistêmica sobre a vida.

Por isso, o feminismo denuncia que o mercado e o machismo se combinam no neoliberalismo. **Não existe mediação nesse sistema: a lógica da acumulação capitalista é incompatível com a sustentabilidade da vida.**

DESAFIOS PARA O FEMINISMO

As expressões do feminismo em suas várias vertentes que hoje tomam as ruas, redes e roçados não são apenas espontâneas, como os meios de comunicação hegemônico tentam nos fazer crer. Ao contrário, as exigências e reivindicações, as práticas políticas e formas organizativas que orientam o feminismo em expansão no Brasil - e em muitas partes da América Latina e do mundo - tem raízes nas lutas de milhares de mulheres que há tempos enfrentam a opressão.

Reconhecer os acúmulos deste processo longo e coletivo das mulheres é fundamental para dar conta de avançar na construção da igualdade e da liberdade para todas as mulheres.

O ascenso do feminismo está vinculado tanto à dinâmicas próprias do movimento como à ampliação do patamar de consciência das mulheres em geral, fruto deste processo histórico de lutas.

Frente à reação patriarcal que enfrentamos hoje, levantam-se as mobilizações de mulheres com o objetivo de barrar os retrocessos impostos pelos representantes do golpe neoliberal, que são fundamentalistas religiosos e conservadores de todas as ordens. A agenda de reivindicações expressa a diversidade do movimento de mulheres e do feminismo no Brasil, e engloba tanto setores historicamente

envolvidos com as pautas feministas, movimentos e partidos da esquerda, quanto um número cada vez maior de mulheres, especialmente jovens, que acessou os debates feministas a partir das redes sociais. A irreverência na ocupação dos espaços públicos de forma coletiva marcam o feminismo e mostram que segue atual a luta pela liberdade e autonomia dos nossos corpos frente à violência e ao controle patriarcal dos homens e do mercado.

As mulheres resistem e os desafios são muitos.

Porém, a multiplicidade de pautas levantadas correm o risco de fragmentação. Se as reivindicações das mulheres são referenciadas prioritariamente em políticas de reconhecimento, reforçando apenas a dimensão cultural e individual, ocultam-se as dinâmicas materiais que estruturam e reproduzem o patriarcado e o racismo no capitalismo. Por isso, a afirmação da diversidade e o questionamento aos padrões de beleza, por exemplo, precisam enfrentar as dinâmicas do mercado. Do contrário, as grandes empresas incorporam parte do discurso feminista e criam novas linhas de produtos “para mulheres livres”.

A partir de um feminismo antissistêmico, questionamos o controle do mercado e dos homens sobre nossos corpos e nossas vidas, de modo a enfrentar os privilégios sociais para além do discurso e das aparências.

A auto-organização é uma estratégia central na construção do sujeito político coletivo do feminismo. A força das mulheres organizadas é capaz de questionar os determinantes das dinâmicas da exploração e dominação. No processo de luta social, as mulheres ampliam sua consciência e capacidade de romper com os padrões e dinâmicas de opressão que marcam a vida de cada uma e de todas.

Sabemos que uma nova sociedade não irá florescer apenas dos livros ou teorias, mas sim a partir das práticas coletivas e do enfrentamento às contradições encontradas pelo caminho. Ao lidar com as questões do presente, confrontando as estruturas de opressão ao mesmo tempo em que respondem às

necessidades cotidianas das pessoas, as mulheres colocam no horizonte o ideal de sociedade em que queremos viver. A lógica do cuidado da vida tem centralidade nesse horizonte, que é constituído a partir de mudanças nas relações de (re)produção e consumo e através do fortalecimento de práticas contra-hegemônicas de comunicação feminista e da construção de tecnologias livres que garantam a nossa privacidade e autonomia, com a insistência de que a liberdade é uma condição para a vivência da sexualidade. Enegrecer o feminismo é central para avançar na perspectiva de que a liberdade e a igualdade são princípios organizadores da sociedade que lutamos para construir.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

COLLINS, Patricia Hill. *Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão*. In: RENATA, Moreno *et al.* (Org.). *Reflexões e Práticas de Transformação Feminista*. São Paulo: SOF, 2015 (Coleção Cadernos Sempre Viva). p. 13-42. Disponível em: <http://migre.me/vTHr3>

FARIA, Nalu *et al.* *Sexualidade e Feminismo*. In: FARIA, Nalu (Org.). *Sexualidade e Gênero: Uma Abordagem Feminista*. São Paulo: SOF, 1998. (Coleção Cadernos Sempre Viva) 60 p.

FEDERICI, Silvia. *El Calibán y la Bruja: Mujeres, cuerpo y acumulación originaria*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2010. 368 p. Disponível em: <http://migre.me/vTHu2>

MIGUEL, Ana de. *Neoliberalismo sexual: El mito de la libre elección*. Madrid: Cátedra, 2015. 352 p.

PÉREZ OROZCO, Amaia. *Subversión Feminista de la Economía: Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014. 306 p. Disponível em: <http://migre.me/vSmD2>

VANCE, Carol S. 1989. *El Placer y el peligro*. In: VANCE, Carol, org. *Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina*. Madrid, Editorial Revolución, 232 p.

Feminismo em Marcha pra Mudar o Mundo. São Paulo: SOF, 2015.



APOIO

 **HEINRICH BÖLL STIFTUNG**
BRASIL